

AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E OS MOSAICOS AMBIENTALISTAS

"A existência de populações humanas em unidades de conservação é um problema sério a resolver. É preciso considerar sempre o aspecto humano da questão. Por outro lado, populações tradicionais têm constantemente, com algumas exceções, cedido à tentação de vender as suas posses a pessoas de certo poder aquisitivo. Essa tem sido a regra geral. Ainda recentemente, nos Estados Unidos, tive ocasião de visitar o Parque Estadual de Andirondack, no Estado de New York, perto do Canadá. Dos aproximadamente 4 milhões de hectares do Parque, cerca de dois milhões pertencem a populações tradicionais, descendentes de ocupantes que se estabeleceram lá em fins do século passado ou no início deste século. No momento essas populações estão em franco confronto com as autoridades do Parque e acredito que também com os ambientalistas. O motivo é uma reivindicação dessas populações: elas querem permissão para lotear as suas terras que têm certo valor para o turismo. É uma lição a considerar.

Seria irrealista esperar que o mesmo deixe de acontecer aqui. O caçara, por pressão das suas necessidades de sobrevivência, ou pela argumentação enganosa de certos empreendimentos turísticos, tradicionalmente acaba vendendo as suas posses. Tenho a esperança que o mesmo não aconteça com a APA de Cairucú, em Parati, pois local é em grande parte de acesso difícil. Contudo, o que poderemos esperar na Estação Ecológica da Juréia, onde grande parte da população ocupou terras nos últimos anos, vinda até de outros Estados?

É um problema dos mais sérios, pois seja como for, temos sempre que respeitar a proteção ao ser humano, na sua dignidade e evitar o seu sofrimento. Acredito que sejam

pessoas sofridas, pois foram para um local de solos pobres, sob o ponto de vista agrícola, o que os condena a uma vida apenas ao nível da subsistência. Por isso mesmo, dificilmente resistiriam às ofertas de compra de suas posses, por parte de pessoas inescrupulosas.

A minha sugestão, para resolver esse grave problema, é o Estado manter o domínio da terra. As populações estabelecidas em unidades de conservação teriam apenas a posse das terras onde estão. É preciso, prever algum tipo de financiamento para suas plantações. Por outro lado, é indispensável estabelecer restrições de uso, para que as posses sejam exercidas de modo não predatório em relação à conservação da Natureza.

Outra coisa me parece importante, para evitar conflitos sobre o uso da terra, é na medida do possível instalar APAs (Áreas de Proteção Ambiental) nos lugares onde estão as populações tradicionais. A utilização das terras, nas áreas das APAs, deve ser claramente estabelecida no Decreto que as instituir. Além disso, cada APA deveria ter um Conselho de Administração, com a participação de ONGs e das populações tradicionais.

Dessa maneira, cada área como a Juréia, deveria ser um mosaico de unidades de conservação: Estação Ecológica, Parque, Área de Proteção Ambiental e Área de Relevante Interesse Ecológico. É a minha sugestão, para "acomodar", digamos assim, diferentes finalidades ambientalistas."

Paulo Nogueira-Neto

Presidente do Conselho Administrativo da Cetesb, ex-Secretário Nacional do Meio Ambiente, e autor de vários livros.

